O Jornal Económico

ESPECIAL

Linhas de Capitalização

CAPITALIZAR PARA APROVEITAR FUNDOS EUROPEUS

O ciclo de investimentos previstos no PRR deveria arrancar em força este ano, mesmo com todos os riscos no horizonte a complicarem os planos dos empresários. Descapitalização e endividamento continuam a ser desafios a que dar resposta, mas vêm aí mais ferramentas para permitir um melhor aproveitamento dos fundos estruturais.

ANÁLISE
Inflação desgasta Plano de Recuperação e Resiliência português P2

ENTREVISTA
Luís Miguel Ribeiro | Presidente da AEP
"Pertinência dos apoios à capitalização acentuou-se com duplo efeito" exógeno P4

JE TALKS
Estratégias de sustentabilidade nas empresas dependem da competitividade P5

FÓRUM
Quais as necessidades das empresas em termos de capitalização P6

Olivier Hoslet/EPA via Lusa

ANÁLISE

Inflação desgasta PRR

Efeito da alta de preços na aplicação do PRR preocupa o Governo. Antigo ministro, Mira Amaral, receia que preços não baixem depressa e que a conjuntura não melhore a curto prazo.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Ultrapassada a fase "protetora" das moratórias de crédito concedidas durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19, se forem tidas em conta as novas restrições logísticas internacionais, decorrentes dos efeitos colaterais da invasão russa da Ucrânia e, ainda, o disparo nas cotações internacionais dos combustíveis, bem como a rarefação de matérias-primas, o aumento vertiginoso da inflação e o previsível agravamento das taxas de juro diretoras dos bancos centrais até ao final de 2022, deparamo-nos, agora, com um enquadramento económico agressivo para o sector empresarial em geral e, por maioria de razão, ainda menos amigável para as PME Neste sentido, o primeiro-ministro, António Costa, manifestou preocupação com a aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), quando os preços dispararam e os orçamentos dos projetos de investimento ficam desatualizados.

Contactado pelo Jornal Económico (JE), Luís Mira Amaral, antigo ministro da Indústria e Energia dos governos de Cavaco Silva, tem dúvidas sobre a evolução conjuntural e sobre a possibilidade das verbas do PRR serem utilizadas numa fase posterior mais favorável para os empresários. Mas também tem dúvidas sobre a estratégia que o Governo segue que, diz, privilegia o sector público.

Já no anterior Governo (em que o Ministério da Economia foi liderado por Pedro Siza Vieira), o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Transição Digital alertou para o facto de o acesso ao financiamento ser "um dos fatores determinantes para assegurar a competitividade das empresas", sublinhando que "a menor capacidade de acesso ao financiamento poderá condicionar as oportunidades de investimento empresarial, sendo que o custo elevado do financiamento impacta na menor capacidade de praticar preços competitivos e na contratação de recursos humanos".

Este trabalho informou que "após aumentos acentuados dos novos empréstimos às Sociedades Não Financeiras (SNF) em Portugal em 2020 (mais 30% em junho de 2020), estes têm vindo a diminuir em 2021". Em setembro de 2021, "o valor acumulado total dos novos empréstimos dos bancos às empresas foi de 20.758 milhões de euros, o que correspondeu a uma variação homóloga acumulada de -23,0%".

Segundo o Banco de Portugal (no REF - Relatório de Estabilidade Financeira, de dezembro de 2021), "as linhas de crédito com garantia pública contribuíram de forma relevante para o aumento do stock de crédito concedido às SNF", esclarecendo que "os empréstimos com garantia pública foram concedidos com maturidades longas e períodos de carência até 18 meses, o que reduz, no curto prazo, o respetivo risco de refinanciamento".

Assim, em outubro de 2021, "a maturidade média residual dos empréstimos era cerca de 4,5 anos", adianta o banco central. "Desde o início da pandemia e até outubro de 2021, o montante concedido de novos empréstimos com garantia pública ascendeu a 8870 mil milhões de euros, a maior parte dos quais contratados em 2020 (que totalizaram 7500 mil milhões de euros)".

Luís Mira Amaral
Antigo ministro da Indústria e Energia dos Governos de Cavaco Silva

Parece muito, mas estes financiamentos não foram suficientes. Em 28 de maio de 2021, no "Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras" (ITENF), a percentagem de empresas com capitais próprios negativos aumentou de 4% em 2019 para 5% em 2020. O Banco de Portugal estima que "ocorra um aumento de um ponto percentual adicional em 2021".

"A percentagem de empresas de alojamento e restauração com capitais próprios negativos passou de 4% em 2019 para 16% em 2020, estimando-se que possa ser 26% em 2021", refere o banco central. "As empresas de transportes e de atividades administrativas, de consultoria e serviços de apoio também deverão registar uma deterioração na sua capitalização, mas de magnitude inferior", adianta.

Porém, considera que "nem todas as empresas foram negativamente afetadas pela pandemia e a maioria encontra-se numa trajetória de recuperação. Para mais de 80% das empresas do ITENF estima-se que ocorra um reforço dos capitais próprios por via da acumulação de lucros em 2021, em linha com a trajetória de recuperação projetada para a economia portuguesa", admite.

Neste contexto, o Banco Português de Fomento (BPF) surge como um dos principais pilares da estrutura da financiamento. Em 2021 o BPF promovei o coinvestimento de 49,9 milhões de euros em empresas, através de instrumentos de capitalização e do financiamento de 18,7 milhões de euros aprovados em instrumentos de dívida.

No ano passado, o BPF, através de linhas com garantia pública, mobilizou 1.007 milhões de euros em garantias emitidas. "Os efeitos multiplicadores deste produto demonstram que a afetação de fundos públicos possibilitou, ao longo do ano, apoiar o financiamento de 2.115 milhões de euros a mais de 12.600 empresas portuguesas, que asseguram emprego a cerca de 110.500 trabalhadores", diz a instituição.

BPF focado em disponibilizar instrumentos financeiros

Só em 2021, o BPF lançou 11 novos instrumentos de garantia, tendo, atualmente, "30 produtos ativos neste segmento, aos quais corresponde uma dotação global superior a 3,59 mil milhões de euros". Quanto a instrumentos de capital, "o BPF tinha, a 31 de dezembro de 2021, um total de 379,7 milhões de euros sob gestão e 14 produtos ativos nesta área", refere. "Ao longo do ano, foram contratadas 93 operações de capitalização que correspondem a um investimento total de 49,9 milhões de euros, dos quais 16,8 milhões foram alocados pelo BPF", operações que permitiram "apoiar cerca de 70 empresas e assegurar mais de 750 postos de trabalho".

Beatriz Freitas, presidente da comissão executiva do BPF, sublinhou que durante 2021, o banco de Fomento "manteve o foco no desenvolvimento e na disponibilização de novos instrumentos financeiros, com novas soluções que possibilitem às empresas nacionais reunir as condições necessárias para crescer, inovar e contribuir para um ecossistema empresarial robusto".

Precisamente no último dia de 2021 a "Estrutura de Missão Recuperar Portugal" contratualizou com o BPF e com o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, um investimento para a recuperação, "capitalização das empresas e resiliência financeira", dotando o BPF de uma verba de até 1,3 mil milhões de euros para empréstimos. Neste contrato, o BPF é a entidade gestora, responsável pela implementação desta vertente do PRR, criando as condições para, em 2022, serem lançados os primeiros avisos de candidaturas para empresas. Será por isso possível concretizar o próximo pedido de desembolso junto da Comissão Europeia, seguindo a "Política de Investimentos" do "Fundo de Capitalização e Resiliência" (FdCR), que estipula as condições de acesso aos produtos de capitalização, destinados a combater "a grave depauperação de capital próprio no tecido empresarial português, em particular nas PME, como resultado da crise económica espoletada pela pandemia".

Trata-se de promover o investimento produtivo das empresas

não-financeiras, incentivando a estreita cooperação entre agentes económicos privados e públicos, nacionais e europeus, entre os quais se destaca o estabelecimento de parcerias com o Grupo Banco Europeu de Investimento (BEI). A dotação inicial do Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR) é de 320 milhões de euros.

Neste processo destacam-se os intermediários financeiros que participem em operações de investimento de capital ou quase-capital em parceria com o FdCR. Recorde-se que a "Estrutura de Missão Recuperar Portugal" (EMRP) é a entidade responsável pela coordenação técnica e pela coordenação de gestão da execução do PRR português, enquadrado no "NextGenerationEU" para o período de 2020-2026.

Luís Mira Amaral, antigo ministro da Indústria e Energia nos governos de Cavaco Silva, com grande experiência nos investimentos concretizados ao abrigo dos programas Específicos para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP I e PEDIP II), comentou ao Jornal Económico que, com as subidas de preços entretanto ocorridas, tornou-se difícil lançar empreitadas no âmbito dos projetos apoiados pelo PRR com base nos montantes inicialmente estimados.

"As subidas dos preços não encaixam nos valores previstos para essas empreitadas", refere Mira Amaral, reconhecendo que foi criado "um problema muito sério". "Para mim, o problema de fundo é que o PRR será utilizado em 75% para o Estado e em 25% para as empresas. Quando o primeiro-ministro dizia que esses 75% para o Estado permitiam lançar concursos que as empresas privadas depois vão ganhar, isso até pode ser verdade, mas consagra um modelo de desenvolvimento com empresas encostadas ao Estado, em vez de ser um modelo de desenvolvimento com empresas produtoras de bens transacionáveis que fabriquem para o mercado externo", refere o antigo ministro, considerando que "esta é a questão de fundo do PRR".

Sobre a possibilidade de reduzir ou modelar os 75% do PRR que ficarão eventualmente alocados ao Estado, Mira Amaral diz que não vê o Governo com grande entusiasmo em fazer isso. "Deixemo-nos de fantasias; António Costa só quer é mais tempo para poder executar as verbas do PRR que vão para o Estado. Isto é correr atrás do prejuízo", diz Mira Amaral. "Isto consagra um modelo de bens não transacionáveis, produzidos por empresas encostadas ao Estado, em vez de termos um PRR que apoie empresas produtoras de bens transacionáveis, orientadas para os mercados externos".

O antigo "ministro do PEDIP" diz que agora só resta esperar pelo Quadro de Apoio do PT2030. "Só que esse – já se percebeu –, só será para as PME. As grandes empresas não terão entrada no PT2030 e também dizem que essas verbas não deverão começar a aparecer antes de outubro. Vamos aguardar para ver o que acontece", remata Mira Amaral. ■

TRÊS PERGUNTAS A | BEATRIZ FREITAS | Presidente do BPF

Candidaturas selecionadas para o Consolidar conhecidas em julho

Os programas Recapitalização Estratégica e Consolidar têm gerado grande interesse, diz a presidente da comissão executiva do Banco Português de Fomento, Beatriz Freitas, ao Jornal Económico. Vão ser lançados novos programas de investimento ainda em 2022.

Que papel desempenha o BPF no apoio à capitalização das empresas? Esse papel tem sido cumprido?

O papel do BPF no apoio à capitalização das empresas é desempenhado indiretamente, através dos diversos fundos que tem sob gestão, designadamente o Fundo de Capital & Quase Capital (FC&QC), o Fundo 200M e o Fundo de Inovação Social (FIS), criados pela IFD. Nesta área, o Fundo 200M e o FIS são fundos de coinvestimento que investem em conjunto com outros investidores privados, o primeiro mais dedicado a investimentos em PME nas fases de arranque e o segundo dedicado a PME que promovam iniciativas de impacto que tenham parecer positivo da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social. Já o FC&QC atua como fundo de fundos, tendo compromissos no âmbito de linhas de fundos de capital de risco e de business angels, bem como três parcerias com o Fundo Europeu de Investimento, no âmbito das quais foram já criados diversos fundos de capital de risco dedicados às respetivas temáticas dessas parcerias (tecnologia, crescimento e economia azul).

Mais recentemente, foram também atribuídos ao BPF, no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), os mandatos para gerir o Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR), com uma dotação de até 1.300 milhões de euros, e o Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores (FCE Açores), com uma dotação de até 125 milhões de euros. Estes dois fundos atuam através do lançamento de programas de investimento específicos, tendo já sido lançados dois programas pelo FdCR – Programa de Recapitalização Estratégica, com uma dotação de até 400 milhões de euros, e Programa Consolidar, com uma dotação de até 250 milhões de euros – e um programa pelo FCE Açores – Programa Capitalizar Açores, com uma dotação de até 80 milhões de euros. Ainda durante o ano de 2022 serão lançados novos programas de investimento por ambos os fundos.

Que balanço faz dos programas de Recapitalização Estratégica e Consolidar?

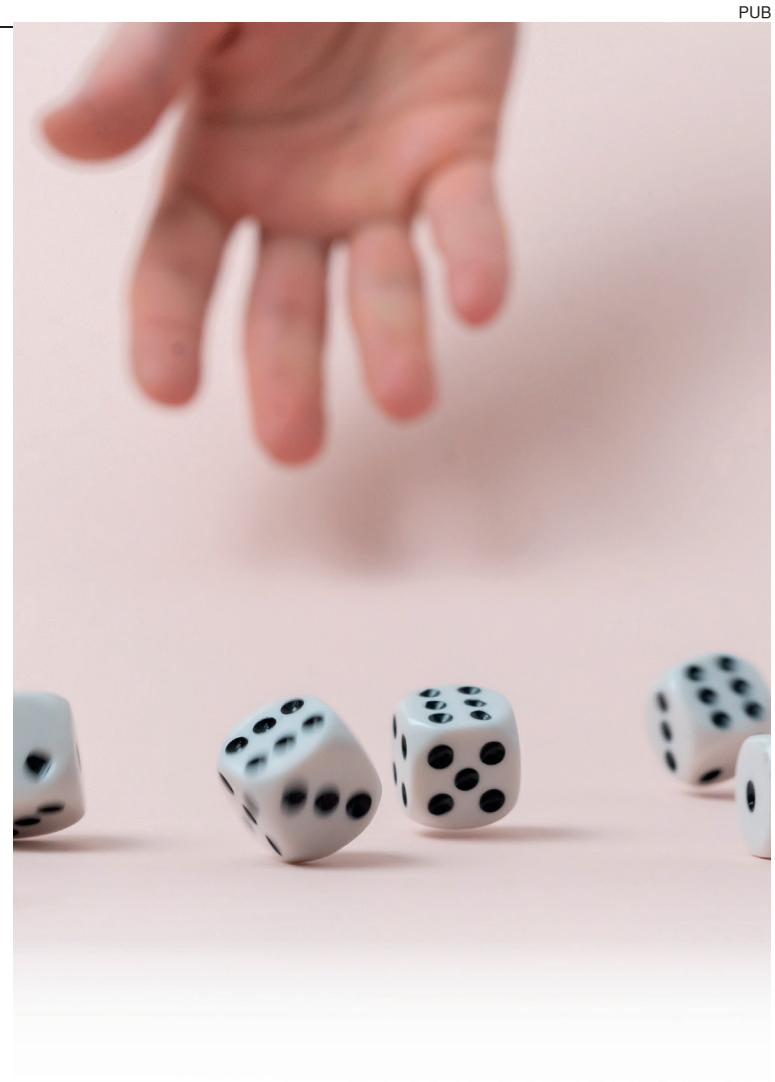
Estes dois programas do FdCR têm gerado grande interesse, não só pelo grande número de pedidos de esclarecimento e manifestações de interesse recebidos, mas também pelas candidaturas formalizadas a esses programas. Contamos anunciar, muito brevemente, as primeiras candidaturas aprovadas para o Programa de Recapitalização Estratégica, apresentadas na respetiva Janela B e seguindo a comunicação da Comissão Europeia relacionada com o Quadro Temporário de Auxílios de Estado Covid-19, cuja data limite é justamente hoje, dia 30 de junho. Quanto ao Programa Consolidar, estruturado numa lógica de fundo de fundos, como é sabido, foram formalizadas 33 candidaturas com intenções de investimento do FdCR superiores a 1.300 milhões de euros. Uma vez que a dotação deste programa era de até 250 milhões de euros, o BPF encontra-se agora na fase final de avaliação dessas candidaturas e, ainda durante o mês de julho, serão anunciadas as candidaturas selecionadas.

Como tem o contexto, nacional e internacional, influído na necessidade de capitalização das empresas?

As razões para a necessidade de recapitalização invocadas nas candidaturas apresentadas ao Programa de Recapitalização Estratégica são, transversalmente, os impactos sofridos, principalmente em 2020, mas também em 2021, pelas empresas, em resultado das medidas tomadas para o controlo da pandemia do Covid-19. Em alguns casos, são também invocados os aumentos de preços da energia e das matérias-primas e as disrupções nas cadeias logísticas registadas nos últimos meses e, menos frequentemente, os impactos da guerra na Ucrânia. ■

Beatriz Freitas
Presidente da comissão executiva do Banco Português de Fomento

PUB



Sabia que 43% das candidaturas ao PT2020 foram chumbadas?*

No **PT2030** não faça parte desta estatística.

Não deixe o seu negócio nas mãos da sorte, aposte num parceiro com experiência.

Antecipe já a sua pré-candidatura!

*Fonte: Estudo "Avaliação da Implementação dos Sistemas de Incentivos do PT2020".

www.yunitconsulting.pt
T: +351 21 330 72 02
E: contacto@yunit.pt

yunit Consulting

ENTREVISTA | LUÍS MIGUEL RIBEIRO | Presidente da AEP

"Pertinência dos apoios à capitalização acentuou-se com duplo efeito" exógeno

A emergência dos apoios à capitalização das empresas esbarra com a lentidão dos timings de decisão, o que dificulta a adaptação a um contexto de grande exigência do ponto de vista da gestão.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

A inflação e a inevitável subida dos juros para harmonizar o seu combate faz parte da estratégia dos bancos centrais, mas, por outro lado, é a "tempestade perfeita" no que diz respeito às empresas, seja de que sector for. Neste contexto, recorda Luís Miguel Ribeiro, é de exigir uma atenção redobrava por parte do Governo.

Os empresários têm pedido o reforço dos apoios à capitalização. As soluções existentes são insuficientes?
A pertinência dos apoios à capitalização das empresas, que já se colocava antes da pandemia e da guerra na Europa, acentuou-se com o duplo efeito destes dois fatores sobre a atividade económica, o que justifica o pedido do reforço desses apoios. As soluções existentes, através de instrumentos de capital e quase-capital, são insuficientes, atendendo a que Portugal tem um problema de crescimento económico, que tem de ser alicerçado em ganhos sustentados de produtividade e competitividade e, para isso, tem de investir mais e exportar mais, o que requer instrumentos de capitalização (dado o elevado nível de endividamento) em montante e condições adequados. Neste sentido, as soluções existentes são insuficientes.

Quais são os principais constrangimentos no acesso das empresas às linhas de capitalização?
Para além do momento tardio em que os instrumentos de apoio à capitalização das empresas entraram verdadeiramente no terreno, quantas vezes desajustados ao timing das necessidades das empresas, atendendo o perfil da nossa estrutura empresarial muitas empresas não conseguirão respeitar todas as exigências e requisitos de acesso, pelo que precisam de instrumentos adequados de financiamento e capitalização.

A crise provocada pela pandemia veio fragilizar a estrutura de capitais das empresas. Como encara a atual situação, com a perspetiva de abrandamento do crescimento económico, inflação e subida dos juros?
É uma verdadeira "tempestade perfeita", que requer uma redobrada atenção por parte das políticas públicas, cujo foco deve estar no apoio às empresas, os principais agentes criadores de riqueza e emprego e, com isso, poder assegurar de forma sustentada a vertente social.

Existe risco na subcapitalização das empresas quando entramos na fase de concretização dos fundos europeus?
Existe esse risco, atendendo a que a insuficiência de capitais próprios é uma limitação no acesso aos fundos europeus. Sabemos que no acesso aos sistemas de incentivos, entre os requisitos a cumprir pelo promotor está um valor mínimo para o rácio de autonomia financeira.

Foto cedida

Que expectativas tem para o processo de concretização do PRR?
Este PRR beneficia muito pouco as empresas. Os dados do último boletim de monitorização do PRR, reportados a 22 de junho, mostra a baixa execução, em particular nas verbas dirigidas às empresas. Do montante total já aprovado a beneficiários diretos e finais (5.335 milhões de euros), apenas 3% corresponde às empresas. Por outro lado, é bem visível a baixa execução ao nível dos pagamentos: o total pago a beneficiários diretos e finais corresponde a apenas 14% do montante global aprovado (e no caso das empresas a proporção é ainda mais baixa (apenas 2,4% do total aprovado). O próprio Governo reconhece implicitamente que as coisas não estarão a correr bem e que haverá riscos de execução, tendo adotado recentemente medidas para tentar contrariar, nomeadamente com o pedido à Comissão Europeia quanto à possibilidade de reprogramação dos investimentos do PRR para enfrentar as atuais oscilações de preços, ao qual a União Europeia já terá respondido favoravelmente à solicitação de Portugal e de outros Estados membros. ■

CAPITALIZAÇÃO

Afinal, que soluções existem para as empresas?

O Banco Português de Fomento lançou no início do ano os dois primeiros programas para apoiar a solvabilidade do tecido empresarial português. A banca está focada em aconselhar e montar as operações.

RITA ATALAIA
ratalaia@jornaleconomico.pt

A pandemia deixou muitas empresas em dificuldades financeiras. Foram, por isso, vários os apoios criados para ajudá-las a recuperar da crise, nomeadamente através do Banco Português de Fomento (BPF). O banco lançou os dois primeiros programas, um balão de oxigénio de várias centenas de milhões de euros para suportar a solvabilidade e resiliência financeiras do tecido empresarial e promover o investimento. Isto enquanto a banca, que disponibiliza estes programas, se foca no aconselhamento e em montar as operações.

Os programas Recapitalização Estratégica e o Consolidar foram anunciados em janeiro. Em causa está um total de 650 milhões de euros, metade do valor global. O Recapitalização Estratégica conta com uma dotação de até 400 milhões de euros, cabendo os restantes 250 milhões ao Consolidar.

O primeiro programa, que tem uma duração expectável de até 10 anos, permite ao banco "financiar diretamente empresas nacionais estratégicas não financeiras, viáveis no final de 2019, que desenvolvam atividade em território nacional e que cumpram as condições de elegibilidade", tais como terem um "plano de negócios adequado às condições macroeconómicas atuais", segundo o BPF.

Estas empresas poderão candidatar-se a este programa cujo investimento contempla a "possibilidade de investir a par com investidores privados e pode ser feito através de instrumentos de capital, incluindo ações ordinárias ou preferenciais, não tomando, no momento do investimento inicial, participações iguais ou superiores a 50% do capital social ou dos direitos de voto da empresa investida" ou de instrumentos de quase-capital, incluindo obrigações convertíveis ou outros instrumentos híbridos, tais como empréstimos participativos.

Já o Programa Consolidar, com uma dotação de 250 milhões e duração até ao final de 2030, foca-se em promover o investimento em pequenas e médias empresas e "Mid Caps" que tenham sido afetadas pela pandemia de Covid-19, mas que continuem a ser viáveis e com potencial de recuperação. Com condições de acesso semelhantes às do Recapitalização Estratégica, o investimento é feito através de fundos de capital de risco geridos por intermediários financeiros, ou seja, sociedades de capital de risco ou sociedades gestoras de capital de risco.

Do lado dos bancos, que disponibilizam estes programas, "a participação direta em instrumentos de capital de empresas não constitui uma atividade central de um banco comercial", salienta o BCP ao JE, sendo que a sua atuação foca-se no aconselhamento e montagem de operações por parte da área especializada em banca de investimento. Este acompanhamento também é feito no BPI, que avalia "regularmente as contas e os rácios financeiros das empresas suas clientes, identificando as suas necessidades de capitais alheios".

O Novobanco diz que, além de ter um departamento especializado na estruturação de operações, "financia investidores especializados que entram no capital das empresas, que acompanham ou asseguram a gestão das mesmas, promovendo o cumprimento de planos de negócio pré-definidos". ■

Francois Lenoir/Reuters

JE TALKS

Estratégias de sustentabilidade nas empresas dependem da competitividade

O Portugal 2030, que será implementado através de 12 programas, terá uma dotação global superior a 23 mil milhões de euros em fundos estruturais. Que importância têm os programas de financiamento para o tecido empresarial?

INÊS AMADO
iamado@jornaleconomico.pt

A capacitação para a competitividade com os mercados externos ou com empresas estrangeiras que venham operar em Portugal deverá estar, no entender de Pedro Neto, partner da Moneris, entre as prioridades dos empresários.

"No atual contexto económico em que cada vez mais a competitividade é maior e é transversal não só à vida dos portugueses, mas dos mercados internacionais, é de extrema importância que as empresas portuguesas se capacitem mais para que consigam ter uma maior capacidade de competitividade dos mercados externos ou mesmo concorrer com empresas estrangeiras que venham operar em Portugal", defendeu o consultor na JE Talk sobre linhas de capitalização.

Pedro Neto entende que, sem "competitividade", pode "ser difícil para as empresas criarem estratégias de sustentabilidade, de manutenção no próprio tecido empresarial".

Nas palavras do consultor, "é premente que as empresas consigam ter capacidade de investimento para se conseguirem adaptar a todos novos mercados, que cada vez têm mutações mais rápidas".

O período de candidaturas às linhas de financiamento para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e para o Portugal 2030, que sucede ao Portugal 2020, avizinham-se.

"A utilização destes instrumentos é crucial porque as empresas conseguem alavancar-se nesta vertente da competitividade. É preciso que se prepararem para o aproveitar das verbas que estarão para vir - PRR, Portugal 2030", afirmou.

Pedro Neto
Partner
da Moneris

Ricardo Vale
Coordenador comercial
da Yunit Consulting

Segundo Pedro Neto, a pandemia e outros contextos de crise fomentam a rapidez e assertividade na capacidade de adaptação das empresas quanto à competitividade internacional.

Ricardo Vale, coordenador comercial da Yunit, defende que "as linhas de financiamento e os programas comunitários não podem ser vistos como um fim, mas como um meio. Arrisco dizer que o empresário deve olhar para dentro, para os recursos de que dispõe e depois olhar para as linhas e para os programas como um adicional de desenvolvimento e não como um fim", acrescentando que "olhar para os financiamentos como uma tábua de salvação é um princípio completamente errado".

O fator da sustentabilidade será, em breve, fundamental para o acesso ao financiamento bancário às empresas.

Segundo Pedro Neto, as empresas "têm de saber que caminho vão seguir, têm de delinear todo o processo de desenvolvimento e investimento sem pensarem que existem estas linhas de finaciamento". "Esse deve ser um pensamento estratégico que devem ter desde já.

O que acontece na maioria das vezes é que as empresas normalmente acordam quando abrem os concursos. Isso torna muito mais difícil a operacionalização de uma candidatura e a justificação dos investimentos associados a um plano estratégico". ■

FÓRUM

Capitalização é determinante para a competitividade das empresas

O endividamento das empresas é considerado um desafio a que é necessário responder, especialmente num quadro de crises sucessivas. Os líderes que falaram ao JE consideram ser necessária uma melhor resposta na capitalização.

1. Quais são as principais necessidades das empresas em termos de capitalização?
2. Os programas existentes de apoio à capitalização têm cumprido as expetativas?

JOSÉ EDUARDO CARVALHO
Presidente
da Associação Industrial Portuguesa

1. Das 458 mil empresas não financeiras existentes em Portugal, 192 mil apresentaram resultados líquidos negativos, 115 mil tinham capitais próprios negativos, 166 mil tinham EBITDA negativo, e, em 83 mil, o EBITDA gerado não era suficiente para cobrir os gastos financeiros.
O endividamento das empresas ultrapassa os 270 mil milhões de euros e estima-se que em 2020 tenham "desaparecido" 17,6 mil milhões de euros de resultados líquidos.
Estes números demonstram a imperiosidade de políticas de capitalização e de fortalecimento da robustez dos balanços das empresas.
A conjugação dos efeitos das três crises que passamos desde 2010 (dívidas soberanas, pandemia e a atual) acentuaram a segmentação na estrutura empresarial portuguesa. Um segmento com níveis apreciáveis de rendibilidade, solvabilidade, dimensão, balanço, remunerações, produtividade, I&D, *stock capital* e perfil exportador; e outro, com balanços degradados, contas de exploração deficitárias e depauperização de capitais próprios.
Em qual destes dois segmentos se deve concentrar a política associada à capitalização é uma discussão que deve ser aprofundada. Está por quantificar de forma rigorosa, técnica e séria os efeitos na economia portuguesa do choque de seleção que muitos defendem, que se deve repercutir no segundo segmento atrás referido.

2. A forma mais óbvia de capitalizar as empresas é deixá-las ganhar dinheiro. Se tivermos uma política económica, fiscal e laboral menos condicionante da atividade empresarial, as empresas que sobreviverão no mercado são as que terão melhores resultados e uma gestão mais qualificada.
Reconheço, contudo, que a situação a que se chegou, exige uma política pública com especial preocupação na capitalização. O PRR concentrou na capitalização parte significativa dos recursos afetos às empresas. São 1,55 mil milhões de euros. Se nos lembrarmos que os últimos 11 anos todas as operações de capital de risco não ultrapassaram os 1,1 mil milhões, dá-nos uma ideia da sua dimensão.
Com o nível de endividamento que as empresas apresentam (276 mil milhões) é óbvio que precisam de capital e não de dívida. E recapitalizar significa operacionalizar instrumentos de capital, e criar procedimentos que reforcem o capital das empresas, permanecendo nelas ou saindo com mais valias ou a desconto.
Acho que a dificuldade está na sua conceção e desenho, e desconheço o grau de comprometimento do Ministério das Finanças com estes instrumentos. Desconfio que não seja muito entusiasmante. Por outro lado, gostaria de dizer que a cultura empresarial é algo refratária a este tipo de operação.
No PT2020 teve de se reprogramar medidas por escassez de procura. O POR Norte montou uma linha de capital reversível (investimento em capital, podendo ser revertido em empréstimo) com uma dotação de 19 milhões. Não se fez uma única operação, aparentemente por falta de procura.
Os insucessos destas experiências residem, por um lado, na escassez de procura por parte das empresas, e por outro, pelo desajustamento dos instrumentos da capitalização à realidade empresarial.

PEDRO NETO
Partner de Corporate Finance
da Moneris

1. O atual contexto económico vem colocando desafios acrescidos ao tecido económico, onde a capacidade competitiva e a própria sustentabilidade das empresas e negócios depende muitas vezes da possibilidade de acesso a recursos que possibilitem este desenvolvimento estratégico.
É essencial ter presente que a grande maioria do tecido empresarial português, constituído maioritariamente por pequenas e médias empresas, tem enormes carências em termos de capacidade de investimento, ou seja, estão pouco capitalizadas, sendo necessário tornarem-se mais robustas financeiramente, caso pretendam trabalhar numa lógica de competitividade e/ou sustentabilidade.
Neste contexto, as empresas apresentam necessidade de capitalização relacionadas com:
• Dificuldades financeiras de curto-prazo, como é o exemplo de falta de liquidez para fazer face a compromissos correntes;
• Dificuldades estruturais, em que a estrutura de capitais é de tal forma frágil que pode colocar a empresa em risco de sobrevivência; e
• A médio-longo prazo, na adoção de estratégias de desenvolvimento e de expansão dos negócios, ou seja, por forma a fazer face a necessidades de investimentos diversos, como é o exemplo de processos produtivos, internacionalização, diversificação das atividades, entre outros.

2. Do que é percetível, não.
Por um lado, um dos fatores que tem dificultado a larga utilização dos programas de apoio à capitalização, está relacionado com cultura empresarial em Portugal, onde a maioria das empresas, de cariz muito familiar, está assente numa cultura pouco associada à partilha do capital com outros investidores, mesmo que estes sejam meramente investidores financeiros, ou seja, prevalece ainda muito o sentimento de "posse" ou de "poder".
A par desta questão, os instrumentos existentes têm-se demonstrado demasiado burocráticos, complexos e morosos, operacionalizando-se tardiamente junto das empresas alvo, levando muitas a desistem "prematuramente" destes instrumentos.

BERNARDO MACIEL
CEO
da Yunit

1. Há dois grandes desafios, já históricos, que as nossas empresas têm vindo a enfrentar, mas que hoje são críticos para a sua competitividade e sobrevivência no mercado: a capacidade de inovar e a descapitalização estrutural generalizada.
A boa notícia é que hoje as PME nacionais têm um contexto altamente favorável à sua transformação e ao investimento, devido ao conjunto de medidas e estímulos que a União Europeia e o Governo têm vindo a disponibilizar.
Na realidade, estamos perante a coincidência de três instrumentos financeiros - parte não executada do PT2020, PRR e PT2030 – que proporcionam às empresas uma oportunidade única de financiarem os seus projetos e, consequentemente, acelerar as suas estratégias de crescimento, seja por via de incentivos financeiros, seja por via de instrumentos de capital.
É verdade que as necessidades e fontes de capital dependem de empresa para empresa, da sua

situação financeira e das suas estratégias de médio e longo-prazo, não havendo, aqui, uma regra universal. No entanto, no recente Barómetro Heróis PME apresentado por nós, é de salientar o interesse atual dos gestores nos incentivos financeiros (87,1%), como os programas PT2020, PT2030 ou o PRR, entre outros, interesse esse muito superior ao financiamento bancário (64,1%) ou nos fundos de investimento (apenas 51,2%).
No que aos incentivos financeiros diz respeito, o desafio está em conseguir que as empresas trabalhem antecipadamente as suas candidaturas, isto é, que estruturem de forma rigorosa os seus projetos em todas as dimensões, efetuem um planeamento detalhado do mesmo, conseguindo demonstrar a capacidade da empresa em executar o projeto, a sua coerência e razoabilidade, bem como a pertinência do mesmo face à dimensão, situação atual e estratégia da empresa. E, por último, que garantam que o plano de investimentos, os objetivos e as metas a alcançar estejam devidamente enquadradas e alinhadas com as temáticas da transição digital, descarbonização e/ou eficiência energética.

2. No que diz respeito ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), diria que ficou um pouco abaixo das expectativas das empresas por duas razões: a maioria dos empresários colocou em causa a capacidade do governo de atribuir os fundos comunitários de forma equilibrada e transparente; a convicção de que haveria no âmbito do PRR mais linhas capazes de apoiar diretamente as empresas, naquilo que são as suas necessidades e desafios. De qualquer forma, são de salientar: as Agendas Mobilizadoras, nas quais foram recentemente aprovados 51 projetos que envolvem cerca de 1.200 entidades e representam 7,6 mil milhões de euros de investimento; ou a Descarbonização da Indústria (700 milhões de euros), que visa projetos individuais, onde as empresas podem encontrar incentivos para a transição energética, necessária e urgente.
Além disso, foi ainda lançado o Programa de Recapitalização Estratégica das empresas, que é assegurado pelo PRR, via Banco Português do Fomento. Tem como objetivo apoiar a reposição dos capitais das empresas para os níveis pré-pandemia, desde que apresentem um Plano de Negócios que sustente a sua viabilidade operacional e financeira. Existem grandes expectativas neste novo organismo, uma vez que o foco desta entidade para os próximos anos é apoiar o reforço das empresas, em especial aquelas que se encontram em processo de crescimento e consolidação, e combater a subcapitalização estrutural das empresas portuguesas, cuja autonomia financeira foi perigosamente agravada pela profunda recessão económica.
Existe, ainda, uma grande expetativa no que toca ao PT2030, uma vez que há a perspetiva de que o acesso a instrumentos financeiros e de capital por parte de empresas possa ser ainda mais vantajoso face ao que foi o PT2020, mas, sobretudo, porque tem sido "prometida" uma simplificação dos procedimentos de candidatura e do processo de execução dos projetos o que, juntamente com os apoios, permitirá às empresas aumentar os seus níveis de competitividade.

RICARDO COSTA
Presidente
da Associação Empresarial do Minho

As empresas vivem dias de alguma incerteza, motivada pela conjuntura de que saímos em termos pandémicos, conjugada com a proximidade de uma guerra cujos efeitos tem um alcance substancialmente maior do que se pode perceber à primeira vista. Neste contexto a questão da capitalização e dos instrumentos financeiros disponíveis ganha um relevo especial.
Hoje verificamos que existe uma relação desproporcional entre as garantias que são exigidas ás empresas e empresários no acesso ao financiamento e aquilo que é o montante ou objeto do mesmo. Na verdade as entidades financeiras, que são os eixos condutores de fundos de financiamento, têm a tendência de criar inúmeras barreiras e obstáculos de forma a exigirem o máximo de garantias pessoais e patrimoniais, para financiarem o negócio. A desproporcionalidade entre os montantes financiados e as garantias exigidas é, normalmente, significativa. Temos de entender que, se por um lado, somos assolados por escândalos tipo BPN ou BES e a sua clientela subsidiária, por outro essa não é a realidade da esmagadora maioria do tecido empresarial português, pelo que esses exemplos não podem ditar o protecionismo que passou a existir e que mais não é do que um aproveitamento circunstancial. As ferramentas articuladas pelo Estado e suas instituições são muitas vezes desfocadas e complexas.
O caminho será pelo incentivo a um real investimento na economia, gerado pela própria economia, ou seja, a mesma verba que é canalizada para financiamentos muitas vezes desajustados seria dirigida ás entidades financeiras privadas, que estimulassem o investimento privado na economia, com a criação de quadros de incentivos fiscais relevantes, que permitissem ás entidades financeiras olharem para o financiamento à economia como uma oportunidade, flexibilizando o acesso, equilibrando a balança de garantias e sendo compensada por isso pelo Estado na dimensão daquilo que seria a sua contribuição fiscal. Seria uma forma de estimular a capitalização das empresas, sem investimento publico direto, mas com um compromisso selado entre entidades financeiras, Estado e empresas.
A flexibilização incentivada pelo alívio fiscal seria uma ferramenta inovadora mas geradora de compromisso e de real estímulo da economia que gera riqueza, a privada. Por outro lado seria também uma forma de utilizar a capitalização das empresas como um fator de desenvolvimento mais liberalizado por um lado, mas mais controlado pelo próprio sistema em si cujos beneficiários dependeriam do seu sucesso.

PUB

moneris

Partilhamos a sua visão de futuro.

A Moneris tem uma abordagem focada no cliente, com uma oferta integrada de serviços e soluções que permite prestar às organizações um apoio de 360 graus na área da gestão, promovendo a excelência da informação financeira e a melhoria dos processos de tomada de decisão críticos para o seu sucesso.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios sustentada por, aproximadamente, 300 consultores.

Os nossos serviços são garantidos por equipas com um profundo conhecimento em todos os setores de atividade, o que permite que cada cliente beneficie do apoio de profissionais que entendem os seus desafios e o acompanham em cada obstáculo.

Conhecer bem os nossos clientes é para nós essencial, para que possamos responder proativamente às suas necessidades.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance –, com presença em mais de 100 países em todo o mundo ampliando a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

moneris.pt

A member of msi Global Alliance
Independent legal & accounting firms

europa
áfrica
américa
ásia
oceania

portugal
lisboa
porto
faro
aveiro
bragança
leiria
santarém
setúbal
vila real
viseu

PUB

O Jornal Económico
SAÚDE ONLINE
FÓRUM
Indústria Farmacêutica
O Valor Económico da Indústria Farmacêutica
6 JULHO DE 2022
Pestana Palace Lisboa Hotel
09h50 Abertura por Adalberto Campos Ferreira*
10h10 Keynote Speaker
Joaquim Cunha, Diretor Executivo Health Cluster Portugal
10h40 O papel da Indústria Farmacêutica na Economia
11h45 A Importância da I&D
12h35 Encerramento por Óscar Gaspar, Presidente da APHP e Vice-Presidente da CIP
*Aguarda confirmação
Acompanhe em direto na plataforma multimédia JEtv, em www.jornaleconomico.pt
Com o apoio de:
janssen
Johnson & Johnson
gsk
astellas
pra